



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 90003/2026

(Processo Administrativo Nº 013/2026)

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO- CREFITO4/MG.

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática (estações de trabalho All-in-One, notebooks de alta performance e acessórios) e componentes de hardware para a atualização e manutenção da infraestrutura tecnológica do CREFITO-4 MG.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 114.640,05 (Cento e quatorze mil, seiscentos e quarenta reais e cinco centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/06/2026– HORÁRIO: 09h15min (Horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO.

EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

Torna-se público que o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região, inscrito no CNPJ sob o nº 21.947.619/0001-88, estabelecido na Rua da Bahia, 1148 – 8º Andar – Sala 816 – Centro – Belo Horizonte/MG – CEP:30160-906; realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, constantes do Processo.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos de informática (estações de trabalho All-in-One, notebooks de alta performance e acessórios) e componentes de hardware para a atualização e manutenção da infraestrutura tecnológica do CREFITO-4 MG, conforme as especificações constantes no Termo de Referência.

1.1.2. Em caso de discordância entre as especificações descritas no Sistema Eletrônico e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. Os licitantes responsabilizam-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seus representantes, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CREFITO-4 MG ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do CREFITO-4 MG, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.8 O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

2.12. A vedação de que trata o item 2.7.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do Licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário do item.

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de R\$10,00 (dez reais).

5.9. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.10.1. O módulo de disputa adotado é “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.10.3. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.10.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG

- 5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.18.1.2. Na presente licitação NÃO serão aplicados os critérios de desempate previstos nos incisos II, III e IV, do art. 60 da Lei 14.133/2021, tendo em vista a ausência, no âmbito deste Conselho, de registros cadastrais, regulamentos ou atos normativos que informem ou disciplinem os métodos para aferição das hipóteses ali elencadas.**
- 5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.18.2.2. empresas brasileiras;
- 5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;
- 5.19. Persistindo situação de empate, o sistema comprasgov.br realizará automaticamente sorteio para desempate entre propostas dos licitantes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de grupo ou qualquer outro motivo.

5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20.7. Conforme Acórdão 1211 do Plenário do Tribunal de Contas da União, a vedação à inclusão de novo documento prevista no art. 64 da lei 14.133/2021 não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação ou proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 2.3 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9.1. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.9.2. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.9.2.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 6.9.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no mencionado Termo, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por ou por Servidor da administração, desde que conferidos com o original, ou publicação de órgão de Imprensa Oficial, para análise, no prazo de até 03 (três) dias úteis, após encerrado o prazo para encaminhamento via funcionalidade do sistema ou e-mail.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10. É de responsabilidade de o licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://crefito-mg.implanta.net.br/portaltransparencia/#publico/Listas?id=e87e3a0c-df60-4f54-a2c8-268b2ae8f3da>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1 A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:
- 9.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato.
- 9.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CREFITO-4/MG, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 9.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato.
- 9.1.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto deste pregão sem motivo justificado.
- 9.1.5 Prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- 9.1.6 Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- 9.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- 9.1.8 Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º, da Lei nº 13.846/13.
- 9.2 Serão aplicadas à contratada pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- 9.2.1 Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 9.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 9.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como nos subitens 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 9.2.4 Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- 9.2.5 Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, para as infrações descritas nos subitens 9.1.5 a 9.1.8.
- 9.2.6 Multa compensatória de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, para a infração descrita no subitem 9.1.3.
- 9.2.7 Multa compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para a infração descrita no subitem 9.1.2. ;
- 9.2.8 Multa compensatória de 15% (quince por cento) do valor do contrato, para a infração descrita no subitem 9.1.4.
- 9.2.9 Para a infração descrita no subitem 9.1.1, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- 9.3 A aplicação das sanções acima descritas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CREFITO-4/MG.
- 9.4 Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 9.5 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.5.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.5.2 As peculiaridades do caso concreto.
- 9.5.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 9.5.4 Os que dela provierem para o CREFITO-4 MG.
- 9.5.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

9.6 Na aplicação da penalidade de multa será facultada a defesa da contratada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CREFITO-4 MG à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.7.1 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CREFITO-4 MG.

9.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure à contratada o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158, da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de idoneidade para licitar ou contratar.

9.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 13.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na NLLC.

9.10 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.11 O CREFITO-4 MG deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/21.

9.13 Os débitos da contratada para com o CREFITO-4 MG, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela Administração decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o CREFITO-4 MG, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, para o endereço eletrônico compras1@crefito4.gov.br até as 17h00min, no horário oficial de Brasília-DF.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

11 – DA MODIFICAÇÃO NO EDITAL

11.1. Qualquer modificação no edital importará na reabertura do prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.1.1. A divulgação ocorrerá pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CREFITO-4 /MG não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://crefito-mg.implanta.net.br/portaltransparencia/#publico/inicio>

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Modelo da Proposta

ANEXO III – Minuta do Contrato

Belo Horizonte, 20 de maio de 2026

Flávia Massa Cipriani Coelho
Presidente Interina do CREFITO-4

CONS.REG.DE FISIO.TERAP.OCUPACIONAL 4ª - MG

Termo de Referência 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	389103-CONS.REG.DE FISIO.TERAP.OCUPACIONAL 4ª - MG	MEDICE BRUNO DURAES SOARES	14/05/2026 14:27 (v 0.13)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		13/2026

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto: Aquisição de equipamentos de informática (estações de trabalho All-in-One, notebooks de alta performance e acessórios) e componentes de hardware para atualização e manutenção da infraestrutura tecnológica do CREFITO-4 MG, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição do Bem	Catmat	Unidade	Quant.	Valor Estimado Unit.	Valor Total
01	iMac Apple Tela Retina 24" Modelo de Referência (MCR24BZ/A)	481514	Unid.	2	R\$ 20.951,67	R\$ 41.903,34
02	Apple MacBook Pro 14" Modelo de Referência (MW2U3BZ/A)	618643	Unid.	1	R\$ 14.455,50	R\$ 14.455,50
03	Adaptador Apple de USB-C para AV Digital multiporta Modelo de Referência (MUF82AM/A)	628830	Unid.	6	R\$ 805,50	R\$ 4.833,00
04	Notebook i7 SSD 1T 8G dedicado 32GB RAM	617766	Unid.	3	R\$ 14.882,07	R\$ 44.646,21
05	Monitor de 23.8" com tecnologia de toque (Touch Screen) capacitiva de até 10 pontos Modelo de Referência (P2424HT)	622206	Unid.	3	R\$ 2.934,00	R\$ 8.802,00
TOTAL						R\$ 114.640,05

1.1.1. Descrição Detalhada dos Itens:

- 1.1.1.1. iMac Apple Tela Retina 24" :** Apple iMac Tela Retina 24" 4.5K. Equipado com Chip M4 (CPU de 10 núcleos, GPU de 10 núcleos e Neural Engine de 16 núcleos), 24GB de memória unificada e 512GB de armazenamento SSD. Inclui Magic Keyboard com Touch ID, Magic Mouse, duas portas Thunderbolt / USB 4, duas portas USB 3, Gigabit Ethernet e entrada para fones de ouvido. Sistema de som com seis alto-falantes e microfones com qualidade de estúdio. Cor: Prata. Deve possuir especificações técnicas equivalentes ou superiores ao modelo de referência **MCR24BZ/A**.
- 1.1.1.2. Apple MacBook Pro 14":** Apple MacBook Pro 14". Equipado com Chip M4 Pro (CPU de 12 núcleos, GPU de 16 núcleos e Neural Engine de 16 núcleos), 24GB de memória unificada e 512GB de armazenamento SSD. Tela Liquid Retina XDR de 14,2 polegadas com tecnologia ProMotion (até 120Hz). Inclui três portas Thunderbolt 5 (USB-C), porta HDMI, slot para cartão SDXC, porta MagSafe 3, entrada para fones de ouvido e câmera FaceTime HD de 12MP. Acompanha Magic Keyboard retroiluminado com Touch ID. Cor: Preto-espacial. Deve possuir especificações técnicas equivalentes ou superiores ao modelo de referência **MW2U3BZ/A**.

- **1.1.1.3. Adaptador Apple de USB-C para AV Digital multiporta:** Deve permitir a conexão de um Mac, iPad ou iPhone com porta USB-C a um monitor ou projetor HDMI, conectando simultaneamente um dispositivo USB padrão e um cabo de carregamento USB-C. Suporte para resoluções até 4K (3840 x 2160) a 60Hz. Saída de vídeo compatível com HDR10 e Dolby Vision. Deve possuir especificações técnicas equivalentes ou superiores ao modelo de referência **MUF82AM/A**.
- **1.1.1.4. Notebook i7 SSD 1T 8G dedicado 32GB RAM:** Equipado com processador Intel Core i7 (13ª geração ou superior), 32GB de memória RAM DDR5 (frequência mínima de 4800MT/s), armazenamento interno de 1TB SSD NVMe PCIe Gen4. Deve possuir placa de vídeo dedicada com 8GB de memória VRAM GDDR6 (RTX 4060 ou superior). Tela de no mínimo 15,6" com resolução Full HD (1920x1080) ou superior, tecnologia antirreflexo. Conectividade Wi-Fi 6E, Bluetooth 5.2, portas USB-C/Thunderbolt, HDMI 2.1 e RJ-45 (Ethernet). Teclado retroiluminado e sistema operacional Windows 11 Pro de 64 bits.
- **1.1.1.5. Monitor de Vídeo Touch Screen:** Monitor Dell de 23.8" com tecnologia de toque (Touch Screen) capacitiva de até 10 pontos. Resolução Full HD (1920 x 1080) a 60Hz, painel IPS e acabamento antirreflexo com dureza 3H. Equipado com Hub USB-C que permite fornecimento de energia (Power Delivery de até 90W), transmissão de dados e sinal de vídeo em um único cabo. Conectividade inclui porta HDMI 1.4, DisplayPort 1.2, porta RJ-45 (Ethernet), e portas USB de alta velocidade (5 Gbps). Possui base articulada para ajuste de inclinação, rotação e altura, otimizada para uso tátil. Deve possuir especificações técnicas equivalentes ou superiores ao modelo de referência **P2424HT**.

1.2. Requisitos de Originalidade e Integridade (Cláusula de Barreira):

- **1.2.1. Configuração de Fábrica:** Todos os equipamentos (iMac, MacBook e Notebook Windows) devem ser fornecidos com a configuração de hardware **nativa do fabricante**. Não serão aceitos itens abertos para expansão de memória ou troca de SSD por terceiros/licitantes.
- **1.2.2. Embalagem e Lacres:** Os produtos devem ser entregues em suas embalagens originais, contendo lacres de segurança do fabricante intactos. A identificação do número de série na caixa deve coincidir com a do equipamento.
- **1.2.3. Garantia Nativa:** A garantia de 12 meses deve ser prestada diretamente pelo fabricante ou rede autorizada, sem prejuízo decorrente de modificações não oficiais.

1.3. Prazo de Entrega: Os bens deverão ser entregues em remessa única, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

1.4. Garantia: Os componentes deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do Recebimento Definitivo.

1.5. Havendo eventual divergência entre o CATMAT/CATSER e a descrição dos itens na tabela acima, prevalecerá essa última.

1.6. Classificação: O objeto desta contratação enquadra-se na categoria de bens comuns de tecnologia da informação.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. A presente aquisição de microcomputadores visa atender à Assessoria de Comunicação (ASCOM) do CREFITO-4, setor responsável pela produção de conteúdo institucional e suporte visual da autarquia. Atualmente, o departamento conta com **01 (um) Designer Gráfico**, estando prevista a **expansão do quadro com a chegada de 02 (dois) novos profissionais de design**, além de **01 (um) Produtor de Vídeo**, **02 (dois) Estagiários de Design Gráfico** e **01 (um) Assessor de Comunicação**. Estes colaboradores são responsáveis pelas atividades Design que exigem ampla capacidade de processamento de dados como criação de material gráfico e , editoração de imagens layouts estáticas e/ou em movimento, diagramação de material de divulgação, transmissão de eventos, videoconferências via plataforma de , bem como edição de vídeos. Em resumo, as campanhas promovidas pelo CREFITO-4 demandam no contexto streaming tecnológico, além de gravações audiovisuais, amplo espaço para armazenamento, em função das extensões em que os arquivos necessitam ser processados e armazenados.

2.2. Do Diagnóstico do Parque Tecnológico Atual: Atualmente, a estrutura da ASCOM é composta por 02 (dois) notebooks MacBook da fabricante Apple que, embora tenham atendido satisfatoriamente às demandas no passado, hoje encontram-se em estado de obsolescência funcional. Segundo relatórios técnicos do Departamento de TI e relatos dos usuários, tais equipamentos possuem **mais de 08 (oito) anos de uso contínuo**, apresentando lentidão severa e incompatibilidade com as atualizações recentes de sistemas operacionais e *softwares* de edição. Essa defasagem técnica resulta em interrupções repentinas, perda de arquivos e necessidade constante de retrabalho.

2.3. Das Atualizações Recentes e Necessidade de Complementação: É importante destacar que, em 2024, visando mitigar parcialmente o déficit tecnológico, foram incorporados à frota **02 () iMac** e **01 (um) MacBook Pro**. Contudo, diante da expansão do quadro de pessoal e da intensificação das demandas de produção audiovisual para 2026, tal atualização mostra-se insuficiente. A presente solicitação visa, portanto, completar a modernização do setor, substituindo as máquinas obsoletas (com 8 anos de uso) e equipando as novas frentes de trabalho (novos designers e produtores), garantindo que toda a equipe opere em um ecossistema de alto desempenho e confiabilidade.

2.4. Da Intensificação das Demandas Institucionais

É imperativo ressaltar que, nos últimos anos, as demandas do departamento de ASCOM sofreram um aumento exponencial, tendência que se consolidou de forma crítica no exercício de **2025**. Ao longo do último ano, foram realizados aproximadamente **90 (noventa) eventos** direcionados ao público externo (fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais de Minas Gerais), exigindo cobertura em tempo real e produção de materiais pós-evento com extrema agilidade.

Além da agenda de eventos, a rotina produtiva de **2025** exige uma celeridade sem precedentes na entrega de campanhas institucionais, o que se torna tecnicamente impraticável sem o suporte de hardware de alta performance. Atualmente, o setor gerencia comunidades digitais robustas e em constante crescimento, contando com **57.128 seguidores no Instagram, 45.386 no Facebook e 6.185 no YouTube**.

A manutenção desses canais exige a produção diária de conteúdos audiovisuais em alta resolução (4K) e o processamento de ativos digitais complexos. Tal volume de trabalho demanda, obrigatoriamente, uma infraestrutura computacional moderna que garanta a eficiência operacional e a celeridade administrativa esperada para o ciclo de **2026**.

2.5. Da Necessidade de Expansão e Padronização Tecnológica (Apple macOS)

Diante do cenário exposto, torna-se imprescindível o fornecimento de uma nova estrutura computacional para promover agilidade, eficiência e efetividade nas entregas da ASCOM. A equipe técnica demanda a aquisição de **03 (três) novas máquinas**, sendo **02 (duas)** para a substituição imediata das unidades defasadas e **01 (uma)** unidade adicional para dotação do novo posto de trabalho do **Produtor de Vídeo**.

A fundamentação para a aquisição de equipamentos da fabricante **Apple** justifica-se, primordialmente, pela necessidade do uso do *software* **Final Cut Pro** — uma ferramenta de edição audiovisual de alto nível, exclusiva do sistema operacional **macOS**, desenvolvido pela **Apple Inc.**

Além da exclusividade de software, as máquinas pleiteadas oferecem:

- **Estabilidade de Sistema:** Qualidade superior do sistema operacional para o fluxo de trabalho gráfico e audiovisual, minimizando travamentos e perda de dados.
- **Fidelidade Cromática:** Resolução de tela diferenciada (Retina/XDR), capaz de entregar imagens nítidas, brilhantes e com cores vivas. Isso garante maior fidelidade na visualização dos projetos, evitando retrabalho e reduzindo custos públicos com a impressão desnecessária de provas de cores.
- **Precisão Técnica:** O contraste profundo e a alta densidade de pixels são essenciais para a edição detalhada de imagens e vídeos em alta resolução (4K ou superior).

2.6. Da Estratégia de Configuração: Estações Fixas e Portabilidade

Considerando que a ASCOM desempenha atividades tanto internas quanto externas à autarquia, a aquisição foi dividida em dois modelos distintos:

1. **02 (dois) Computadores tipo All-in-One (iMac):** Destinados ao uso interno fixo, proporcionando uma estação de trabalho robusta, ergonômica e com tela de grandes dimensões para os diagramadores e designers.
2. **01 (um) Computador tipo Notebook (MacBook Pro):** Destinado ao uso externo e em regime de mobilidade, garantindo que o Produtor de Vídeo possua a mesma capacidade de processamento da sede em coberturas de eventos, viagens institucionais e atividades de campo, facilitando o transporte do ecossistema de trabalho sem perda de performance.

2.7. Do Fortalecimento da Tecnologia da Informação (TI): A aquisição de 03 (três) notebooks de alta performance para o Departamento de TI justifica-se pela necessidade de ferramentas robustas para:

- **Desenvolvimento e Programação:** Compilação de código e gestão de bancos de dados.
- **Virtualização:** Execução de máquinas virtuais para testes de sistemas e segurança.
- **Gestão de Servidores:** Gerenciamento remoto e suporte crítico aos sistemas da autarquia. A configuração com 32GB de RAM e GPU dedicada de 8GB é o requisito técnico mínimo para garantir que os analistas de TI operem sem gargalos de hardware sob o sistema Windows 11 Pro.

2.8. Da Ergonomia e Interatividade (Monitores Touch): Os monitores Dell P2424HT serão integrados às estações de trabalho para otimizar o fluxo de design na ASCOM e o monitoramento de redes na TI. A tecnologia *Touch Screen* permite manipulação direta de layouts, enquanto o Hub USB-C centraliza conexões em um único cabo, reduzindo a poluição visual e os pontos de falha por cabeamento.

2.9. Da Eficiência e Economicidade: Ao adquirir equipamentos que saem de fábrica com configurações elevadas (RAM e SSD nativos), o CREFITO-4 garante a integridade da garantia do fabricante e estende a vida útil do parque tecnológico, evitando novas licitações para upgrades de curto prazo.

3. Descrição da solução como um todo

3.1. Visão Geral da Solução: A solução consiste na atualização e expansão do parque tecnológico do CREFITO-4, abrangendo a aquisição de estações de trabalho de alta performance (Ecossistema Apple e Windows Pro), periféricos de interatividade tátil e componentes de conectividade. A solução foi desenhada para atender, de forma integrada, às necessidades de processamento gráfico da Assessoria de Comunicação (ASCOM) e às demandas de infraestrutura crítica do Departamento de Tecnologia da Informação (TI).

3.2. Integração do Hardware e Ecossistema de Software:

- **Estações de Edição e Design (Apple):** A solução utiliza o Chip M4 (e M4 Pro), garantindo longevidade tecnológica e total compatibilidade com o software *Final Cut Pro*. A entrega abrange modelos fixos (*iMac*) para alta produtividade em escritório e modelos portáteis (*MacBook Pro*) para coberturas externas, garantindo que o fluxo de trabalho não sofra interrupções independentemente do local de atuação.
- **Estações de Gestão de Infraestrutura (Windows):** A dotação de notebooks com 32GB de RAM e GPUs dedicadas para a TI permite a execução de ambientes virtualizados e a gestão remota de servidores com a estabilidade necessária para a operação 24/7 da autarquia.
- **Interatividade e Ergonomia:** A inclusão dos monitores *Dell Touch Screen* com Hub USB-C completa a solução, permitindo a redução do cabeamento nas mesas (*Clean Desk*) e oferecendo uma interface tátil que agiliza a aprovação de layouts e a manipulação de ativos digitais.

3.3. Sustentabilidade e Manutenção: A contratação prevê equipamentos de última geração, o que assegura:

1. **Compatibilidade de Longo Prazo:** Suporte a atualizações de sistemas operacionais e patches de segurança por um período estimado de 5 a 8 anos.
2. **Eficiência Energética:** Processadores com arquitetura recente que entregam maior poder de processamento com menor consumo de energia.
3. **Garantia de Continuidade:** Suporte técnico de 12 meses direto com os fabricantes, minimizando o tempo de indisponibilidade dos servidores em caso de falhas de hardware.

3.4. Estratégia de Implementação: Os bens serão entregues de forma integral e em remessa única, devendo ser conferidos pela equipe de TI quanto à originalidade dos lacres e especificações técnicas. A implementação permitirá que a ASCOM absorva o aumento de demanda planejado para 2026 e que a TI mantenha a governança digital do Conselho de forma proativa.

3.5. Resultados Esperados: Com a implementação desta solução, espera-se a eliminação de gargalos produtivos causados pela obsolescência do hardware atual, o fim da perda de arquivos por travamentos de sistema, e um ganho significativo na qualidade visual das campanhas institucionais e na segurança da gestão dos dados da autarquia.

4. Requisitos da contratação

4.1. Requisitos de Qualidade e Originalidade (Integridade do Hardware):

- **4.1.1. Lacres de Fábrica:** Todos os equipamentos (Apple e Windows) deverão ser entregues em suas embalagens comerciais originais, devidamente **lacradas pelo fabricante**. Não serão aceitos bens cujas embalagens apresentem sinais de violação, fitas adesivas sobrepostas aos lacres originais ou qualquer indício de recondicionamento (*Refurbished*).
- **4.1.2. Configuração Nativa:** Os itens devem possuir **configuração de hardware nativa de fábrica**. É expressamente proibida a abertura dos equipamentos por parte da contratada ou de terceiros para a realização de *upgrades* ou substituição de componentes (memória RAM ou SSD). A divergência entre o número de série e a configuração original de fábrica implicará na rejeição imediata do lote.
- **4.1.3. Padrão Brasileiro:** Os teclados dos notebooks e iMacs devem estar obrigatoriamente no padrão **ABNT2**, e os cabos de alimentação devem seguir o padrão brasileiro de tomadas (NBR 14136).

4.2. Requisitos de Garantia e Suporte Técnico:

- **4.2.1. Prazo de Garantia:** Mínima de **12 (doze) meses**, prestada diretamente pelo fabricante ou por rede de assistência técnica autorizada em território nacional.
- **4.2.2. Início da Vigência:** O prazo de garantia deverá ser contado a partir da data de emissão da Nota Fiscal e recebimento definitivo do objeto. O licitante deve garantir que o produto não possua "garantia corrida" (ativação prévia antes da entrega ao Conselho).

- **4.2.3. Suporte On-site/Balcão:** Para o monitor Dell e o Notebook de TI, a garantia deverá cobrir a substituição de peças e mão de obra sem custos adicionais para a contratante.

4.3. Requisitos de Entrega e Recebimento:

- **4.3.1. Prazo de Entrega:** Os bens deverão ser entregues no prazo máximo de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.
- **4.3.2. Localização:** A entrega será realizada na sede do **CREFITO-4 em Belo Horizonte/MG**, em remessa única, de segunda a sexta-feira, em horário comercial.
- **4.3.3. Recebimento Provisório:** No ato da entrega, a Comissão de Recebimento verificará a integridade das embalagens e lacres.
- **4.3.4. Recebimento Definitivo:** Ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante conferência técnica do Departamento de TI, que validará se as especificações de software e hardware (processador, RAM e SSD) correspondem exatamente ao solicitado no Edital.

4.4. Requisitos de Regularidade e Documentação:

- **4.4.1. Documentação Fiscal:** A Nota Fiscal deverá discriminar detalhadamente cada item, incluindo a marca, o modelo exato e, obrigatoriamente, o **número de série (Serial Number)** de cada unidade.
- **4.4.2. Comprovação de Procedência:** O fornecedor deverá ser parceiro autorizado ou revendedor oficial das marcas (Apple/Dell), garantindo que os produtos ingressaram legalmente no país e possuem suporte oficial.

4.5. Requisitos de Sustentabilidade:

- **4.5.1. Certificações:** Os equipamentos devem atender aos requisitos de eficiência energética e baixo impacto ambiental, possuindo certificações compatíveis com as normas vigentes (ex: *Energy Star*, *EPEAT* ou *RoHS*).

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Do Fluxo de Fornecimento:

- **5.1.1. Ordem de Fornecimento:** A execução do objeto terá início a partir da formalização do contrato ou recebimento da Nota de Empenho, que servirá como autorização para o início do prazo de entrega.
- **5.1.2. Remessa Única:** Os bens deverão ser entregues em sua totalidade em uma única remessa, não sendo aceitas entregas parciais, salvo por prévia e expressa autorização da Administração, devidamente justificada.

5.2. Da Logística de Entrega:

- **5.2.1. Local e Horário:** A entrega deverá ser efetuada à R. Antônio de Albuquerque, 1041, Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP:30112-011,60, no prazo máximo de (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no horário das 08h às 17h, sob agendamento prévio de no mínimo 48 horas com o setor de Patrimônio ou TI.
- **5.2.2. Responsabilidade do Transporte:** Todas as despesas com transporte, frete, seguros, carga e descarga, bem como os impostos e encargos decorrentes do fornecimento, correrão por conta exclusiva da Contratada.

5.3. Das Obrigações da Contratada na Execução:

- **5.3.1. Substituição de Bens:** Caso algum item seja rejeitado no Recebimento Definitivo (por defeito, lacre violado ou configuração incorreta), a Contratada deverá providenciar a sua substituição em até **15 (quinze) dias corridos**, sem qualquer custo adicional para o CREFITO-4.
- **5.3.2. Comunicação:** Manter canal de comunicação ativo com a fiscalização do contrato para informar sobre o status do despacho e previsão de chegada dos equipamentos.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o CREFITO-4 MG e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O CREFITO-4 MG poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato, a fiscalização da contratante poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A Contratada designará formalmente um responsável da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e item 5.15 do Manual de Licitações e Contratações do CREFITO-4 MG.

Gestor do Contrato

6.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, adotando as medidas contidas no item 5.15 do Manual de Licitações e Contratações do CREFITO-4 MG.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 05 (cinco) dias contados da sua realização, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Os serviços prestados serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação de sua conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.1. o prazo de validade;

7.8.2. a data da emissão;

7.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.8.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.8.5. o valor a pagar; e

7.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8.7. A fatura ou documento de cobrança equivalente deverá ser encaminhada ao e-mail asdir@crefeto4.gov.br. A ausência de envio ou envio para endereço eletrônico distinto não serão computados para fins de prazo de pagamento.

7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.16. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

7.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.17.1. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor, eventualmente antecipado, na hipótese de inexecução do objeto.

7.17.2. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.

7.18. O pagamento de eventual valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

Parágrafo Primeiro - O não pagamento nas datas convencionadas acarretará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além da correção mensal pelo IGPM ou outro índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo Segundo - Será emitida uma nota fiscal dos serviços. Esta será emitida no dia seguinte ao seu encerramento. Qualquer solicitação de alteração dos dados e descrição de produtos e serviços relativos à nota fiscal deverá ser realizada nesse momento, sob pena de responsabilização pela CONTRATANTE de todos os custos encargos e tributos incidentes sobre a operação de cancelamento, reemissão ou emissão de nova nota fiscal.

Parágrafo Terceiro - Em caso de variação mensal do IGP-M acima de 5 pontos percentuais, as parcelas vincendas sofrerão reajustes calculados pela variação do referido índice.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.22. A presente contratação permite a antecipação de pagamento, tendo em vista as razões consignadas na justificativa de contratação anexa.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 6, inciso XLI da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e qualificação técnica são as expressas abaixo:

8.2. Habilitação jurídica:

8.2.1 pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.2. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.3. microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.4. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.5. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 19 de março de 2020.

8.2.6. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.7. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.2.8. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.3.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 8.3.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.3.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.3.5 prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.4 Consulta ao SICAF ou sítios eletrônicos oficiais:

- 8.4.1 a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos artigos 4º, caput, 8º, §3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 11.10.10;
- 8.4.2 também poderão ser consultados os oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação sites vencida junto ao SICAF;
- 8.4.3 caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006, às quais será assegurado o prazo de cinco dias úteis;
- 8.4.4 a não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, com a reabertura da sessão pública;
- 8.4.5 a declaração do licitante vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;
- 8.4.6 havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade da sessão;
- 8.4.7 será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência;
- 8.4.8 no caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;
- 8.4.9. da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 114.640,05

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 114.640,05 (cento e quatorze mil, seiscentos e quarenta reais e cinco centavos), conforme custos dos componentes descritos no item 1 deste instrumento.

10. Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento do CREFITO-4, elemento de despesa: 6.2.2.1.1.02.01.03.002 - Máquinas, Equipamentos e Aparelhos.

11. Obrigação das Partes

11.1 Da Contratada

- a) Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços avençados sejam realizados com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, conforme especificações técnicas e Políticas de Assistência Técnica.
- b) Manter, durante toda a vigência do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório para a contratação.
- c) Executar os serviços objeto do presente contrato dentro dos prazos ajustados, cumprindo os horários estabelecidos para atendimento, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância.

- d) Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando a execução dos trabalhos durante todo a vigência do contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação das penalidades previstas, caso os prazos não sejam cumpridos.
- e) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, obrigando-se a atender todas as reclamações a respeito da execução do objeto contratado.
- f) Comunicar à CONTRATANTE, de imediato e por escrito, qualquer irregularidade verificada durante a execução do objeto deste contrato, para a adoção das medidas necessárias à sua regularização.
- g) Providenciar a correção de deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução do objeto contratado.
- h) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratado, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações e as regras de negócios.
- i) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- j) Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos

11.2 Da Contratante

- a) Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o objeto deste contrato.
- b) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, necessários à execução deste contrato.
- c) Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada na execução do contrato, determinando, de imediato, as providências necessárias a sua regularização.
- d) Acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento deste contrato.
- e) Exigir, sempre que necessário, a apresentação da documentação pela CONTRATADA que comprove a manutenção das condições que ensejaram a sua contratação.

12. Infrações Administrativas e Sanções

12.1 A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

12.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato.

12.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CREFITO-4/MG, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

12.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato.

12.1.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto deste pregão sem motivo justificado.

12.1.5 Prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

12.1.6 Praticar ato fraudulento na execução do contrato.

12.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

12.1.8 Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º, da Lei nº 13.846/13. 12.2 Serão aplicadas à contratada pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

12.2.1 Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quanto praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como nos subitens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4 Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

12.2.5 Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, para as infrações descritas nos subitens

12.1.5 a 12.1.8.

12.2.6 Multa compensatória de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, para a infração descrita no subitem 12.1.3.

12.2.7 Multa compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para a infração descrita no subitem 12.1.2.

12.2.8 Multa compensatória de 15% (quine por cento) do valor do contrato, para a infração descrita no subitem 12.1.4.

12.2.9 Para a infração descrita no subitem 12.1.1, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

12.3 A aplicação das sanções acima descritas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CREFITO-4/MG.

12.4 Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.5.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.5.2 As peculiaridades do caso concreto. 12.5.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.5.4 Os que dela provierem para o CREFITO-4 MG.

12.5.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6 Na aplicação da penalidade de multa será facultada a defesa da contratada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CREFITO-4 MG à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7.1 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CREFITO-4 MG.

12.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure à contratada o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158, da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de idoneidade para licitar ou contratar.

12.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 13.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na NLLC.

12.10 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11 O CREFITO-4 MG deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/21.

12.13 Os débitos da contratada para com o CREFITO-4 MG, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela Administração decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o CREFITO-4 MG, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MEDICE BRUNO DURAES SOARES

Analista de TI



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 14:10:20.

Despacho: Despacho: Conferido e de acordo

FLAVIA MASSA CIPRIANI COELHO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 14:27:50.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Eletrônico nº 90003/2026

Data:

Dados da empresa		
Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço/Cidade/UF:		
Telefone:		
E-mail:		
Dados para pagamento		
Banco:	Agência:	C/C:
Dados do representante legal responsável pela elaboração da proposta e assinatura do contrato		
Nome:		
CPF:	Identidade:	

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026 e seus anexos, do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região, os quais nos comprometemos a cumprir integralmente. Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as obrigações e responsabilidades, bem como todas as condições estabelecidas no aviso e seus Anexos.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Item	Descrição do Objeto	Quant.	Unidade de fornecimento	Marca	Valor unitário	Valor Total
01	IMac Apple Tela Retina 24" Modelo de Referência 9(MCR24BZ/A)	02	Unidade			
02	Apple MacBook Pro 14" Modelo de Referência (MW2U3BZ/A)	01	Unidade			
03	Adaptador Apple de USB-C para AV Digital multiporta Modelo de Referência (MUF82AM/A)	06	Unidade			
04	Notebook i7 SSD 1T 8G dedicado 32GB RAM	03	Unidade			
05	Monitor de 23.8" com tecnologia de toque (Touch Screen) capacitiva de até 10 pontos Modelo de Referência (P2424HT)	03	Unidade			

Local e data:

Assinatura do Representante Legal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG

ANEXO III

MINUTA CONTRATO Nº 00X/2026

(Processo Administrativo nº 013/2026)

O CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO – CREFITO-4 MG com sede na Rua Antônio de Albuquerque, 1041/1043, Savassi, na cidade de Belo Horizonte/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 21.947.619/0001-88, neste ato representado(a) por sua presidente interina, Flávia Massa Cipriani Coelho, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxa, tendo em vista o que consta no Processo nº 013/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico 90003/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. Aquisição de equipamentos de informática (estações de trabalho All-in-One, notebooks de alta performance e acessórios) e componentes de hardware para a atualização e manutenção da infraestrutura tecnológica do CREFITO-4 MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Os equipamentos a serem fornecidos pela contratada encontram-se listados na tabela abaixo

Item	Descrição do Objeto	Catmat	Quant.	Unidade de fornecimento	Marca	Valor unitário	Valor Total
01	IMac Apple Tela Retina 24" Modelo de Referência 9(MCR24BZ/A)	481514	02	Unidade			
02	Apple MacBook Pro 14" Modelo de Referência (MW2U3BZ/A)	618643	01	Unidade			
03	Adaptador Apple de USB-C para AV Digital multiporta Modelo de Referência (MUF82AM/A)	628830	06	Unidade			
04	Notebook i7 SSD 1T 8G dedicado 32GB RAM	617766	03	Unidade			
05	Monitor de 23.8" com tecnologia de toque (Touch Screen) capacitiva de até 10 pontos Modelo de Referência (P2424HT)	622206	03	Unidade			

1.2.1. Descrição Detalhada dos Itens:

1.2.1.1. IMac Apple Tela Retina 24": Apple IMac Tela Retina 24" 4.5K. Equipado com Chip M4 (CPU de 10 núcleos, GPU de 10 núcleos e Neural Engine de 16 núcleos), 24GB de memória unificada e 512GB de armazenamento SSD. Inclui Magic Keyboard com Touch ID, Magic Mouse, duas portas Thunderbolt



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

/ USB 4, duas portas USB 3, Gigabit Ethernet e entrada para fones de ouvido. Sistema de som com seis alto falantes e microfones com qualidade de estúdio. Cor: Prata. Deve possuir especificações técnicas equivalentes ou superiores ao modelo de referência . MCR24BZ/A

1.2.1.2. Apple MacBook Pro 14": Apple MacBook Pro 14". Equipado com Chip M4 Pro (CPU de 12 núcleos, GPU de 16 núcleos e Neural Engine de 16 núcleos), 24GB de memória unificada e 512GB de armazenamento SSD. Tela Liquid Retina XDR de 14,2 polegadas com tecnologia ProMotion (até 120Hz). Inclui três portas Thunderbolt 5 (USB-C), porta HDMI, slot para cartão SDXC, porta MagSafe 3, entrada para fones de ouvido e câmera FaceTime HD de 12MP. Acompanha Magic Keyboard retroiluminado com Touch ID. Cor: Preto-espacial. Deve possuir especificações técnicas equivalentes ou superiores ao modelo de referência . MW2U3BZ

1.2.1.3. Adaptador Apple de USB-C para AV Digital multiporta:

um monitor ou projetor HDMI, conectando simultaneamente um dispositivo USB padrão e um cabo de carregamento USB-C. Suporte para resoluções até 4K (3840 x 2160) a 60Hz. Saída de vídeo compatível com HDR10 e Dolby Vision. Deve possuir especificações técnicas equivalentes ou superiores ao modelo de referência MUF82AM/A.

1.2.1.4. Notebook i7 SSD 1T 8G dedicado 32GB RAM: Equipado com processador Intel Core i7 (13ª geração ou superior), 32GB de memória RAM DDR5 (frequência mínima de 4800MT/s), armazenamento interno de 1TB SSD NVMe PCIe Gen4. Deve possuir placa de vídeo dedicada com 8GB de memória VRAM GDDR6 (RTX 4060 ou superior). Tela de no mínimo 15,6" com resolução Full HD (1920x1080) ou superior, tecnologia antirreflexo. Conectividade Wi-Fi 6E, Bluetooth 5.2, portas USB-C/Thunderbolt, HDMI 2.1 e RJ-45 (Ethernet). Teclado retroiluminado e sistema operacional Windows 11 Pro de 64 bits.

1.2.1.5. Monitor de Vídeo Touch Screen: Monitor Dell de 23.8" com tecnologia de toque (Touch Screen) capacitiva de até 10 pontos. Resolução Full HD (1920 x 1080) a 60Hz, painel IPS e acabamento antirreflexo com dureza 3H. Equipado com Hub USB-C que permite fornecimento de energia (Power Delivery de até 90W), transmissão de dados e sinal de vídeo em um único cabo. Conectividade inclui porta HDMI 1.4, DisplayPort 1.2, porta RJ-45 (Ethernet), e portas USB de alta velocidade (5 Gbps). Possui base articulada para ajuste de inclinação, rotação e altura, otimizada para uso tátil. Deve possuir especificações técnicas equivalentes ou superiores ao modelo de referência P2424HT.

1.3. Requisitos de Originalidade e Integridade (Cláusula de Barreira):
nativa do fabricante.

1.3.1. Configuração de Fábrica: Todos os equipamentos (iMac, MacBook e Notebook Windows) devem ser fornecidos com a configuração de hardware. Não serão aceitos itens abertos para expansão de memória ou troca de SSD por terceiros/licitantes.

1.3.2. Embalagem e Lacres: Os produtos devem ser entregues em suas embalagens originais, contendo lacres de segurança do fabricante intactos. A identificação do número de série na caixa deve coincidir com a do equipamento.

1.3.3. Garantia Nativa: A garantia de 12 meses deve ser prestada diretamente pelo fabricante ou rede autorizada, sem prejuízo decorrente de modificações não oficiais.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência;

1.4.2. O Edital da Licitação;

1.4.3. A Proposta do contratado;

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será permitida a subcontratação total do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total deste contrato é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA- REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA),



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

As obrigações do contratante encontram-se definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

As obrigações do contratado encontram-se definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10.13. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.13.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.14. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.15. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10.16. Responder por escrito, no prazo máximo de até 2 (dois) dias consecutivos, quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes à execução do Contrato e que venham a ser solicitados pelo Crefito 4.

10.17. Comunicar ao Crefito- 4, por escrito, qualquer anormalidade que possa colocar em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução do Contrato, propondo as ações corretivas necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA –INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

12.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato.

12.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CREFITO-4/MG, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

12.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato.

12.1.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto deste pregão sem motivo justificado.

12.1.5 Prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

12.1.6 Praticar ato fraudulento na execução do contrato.

12.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

12.1.8 Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º, da Lei nº 13.846/13.

12.2 Serão aplicadas à contratada pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

12.2.1 Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

- 12.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quanto praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como nos subitens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 12.2.4 Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- 12.2.5 Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, para as infrações descritas nos subitens 12.1.5 a 12.1.8.
- 12.2.6 Multa compensatória de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, para a infração descrita no subitem 12.1.3.
- 12.2.7 Multa compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para a infração descrita no subitem 12.1.2.
- 12.2.8 Multa compensatória de 15% (quine por cento) do valor do contrato, para a infração descrita no subitem 12.1.4.
- 12.2.9 Para a infração descrita no subitem 12.1.1, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- 12.3 A aplicação das sanções acima descritas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CREFITO-4/MG.
- 12.4 Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 12.5 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.5.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.5.2 As peculiaridades do caso concreto.
- 12.5.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 12.5.4 Os que dela provierem para o CREFITO-4 MG.
- 12.5.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.6 Na aplicação da penalidade de multa será facultada a defesa da contratada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CREFITO-4 MG à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 12.7.1 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CREFITO-4 MG.
- 12.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure à contratada o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158, da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de idoneidade para licitar ou contratar.
- 12.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 13.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na NLLC.
- 12.10 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11 O CREFITO-4 MG deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/21.

12.13 Os débitos da contratada para com o CREFITO-4 MG, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela Administração decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o CREFITO-4 MG, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento do CREFITO-4, a dotação orçamentária é: 6.2.2.1.1.02.01.03.002 - Máquinas, Equipamentos e Aparelhos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA
OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO-MG**

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA S SÉTIMA– PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Minas Gerais, Seção Judiciária de Belo Horizonte, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belo Horizonte, xx de xxx de 2026.

Contratante

Contratada